

AVEIRO

EXPROPRIAÇÕES PARA EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE

**PROPRIETÁRIOS E MORADORES DE SANTIAGO
ACUSAM CONSTRUÇÕES ESCOLARES DE LEVIANDADE**

« APENAS QUEREMOS QUE SE FAÇA JUSTIÇA »

A comissão representativa dos moradores e proprietários de Santiago denunciou, num encontro com jornalistas, «a ligeireza e a leviandade» com que os serviços da Direcção Geral de Construções Escolares do Centro (DGCEC) estão a tratar desde o início todo o processo de expropriação dos terrenos destinados à expansão da Universidade de Aveiro. Aquela comissão considera imoral a situação existente, frisando que, enquanto o Ministério da Educação oferece 200\$00/M2 ao povo de Santiago, um outro Ministério, através do ex-FFH, está a pedir à Câmara Municipal de Aveiro 1200\$00/M2 com terrenos de igual valor.

«Não estamos contra a expansão da Universidade, mas queremos que se faça justiça, sem a qual admittimos que se voltem a repetir as cenas dramáticas de 1975/76», afirmou aos jornalistas a comissão representativa dos moradores e proprietários de Santiago, realçando: «Pretendemos que o Ministério da Educação não recorra aos tribunais porque pensamos não ser preciso, mas se a isso nos obrigarem não teremos medo. Estamos conscientes de que será possível a negociação amigável desde que o Minis-

tério da Educação assim o queira».

Os terrenos em causa são constituídos por 40 parcelas e cerca de uma dezena de moradias, afectando pessoas que estiveram já ligadas ao processo de expropriação (inicialmente de má memória...) do Fundo de Fomento de Habitação e teve início praticamente em Maio do ano passado quando são convocados para uma reunião na Universidade com os técnicos da DGCEC, cuja agenda de trabalhos era a tentativa de negociação amigável dos referidos terrenos. Para a comissão dos proprietários e dos moradores de Santiago, no entanto, «não houve qualquer proposta do citado organismo e se alguma utilidade teve a referida reunião, não ultrapassou o simples facto de nos ficarmos a conhecer».

Em Junho, segundo a comissão, os proprietários começaram a receber várias propostas da DGCEC, sem que tivesse havido qualquer avaliação prévia: «Tiveram a ousadia para não dizer outra coisa, de oferecer por terrenos interiores 300\$00/M2, incluindo as culturas existentes», refere a comissão, que frisa: «Será que um metro quadrado de cenouras por exemplo não vale mais que 300\$00. E então o terreno?». Ainda em Junho do ano passado a comissão de Santiago pede uma reunião à DGCEC «para sabermos quais os critérios usados nas propostas e equacionarmos em conjunto os problemas essenciais da expropriação pretendida. A reu-

nião teve lugar em 5 de Julho e depois de os alertarmos para os problemas inerentes à expropriação foi-nos pedido que os proprietários fizessem uma proposta e a entregassem até 30 de Agosto. Em 11 de Setembro, a comissão recebeu uma proposta da DGCEC oferecendo praticamente os mesmos valores, mas omitindo aquilo que consideramos vital: realojamento; avaliação física das habitações e anexos; problema dos rendeiros; frutos pendentes; indemnização por cessação de actividade das pessoas que vivem exclusivamente do amanho daquelas terras e avaliação física dos terrenos».

A comissão salienta que no passado mês de Fevereiro os proprietários de Santiago começaram a receber novas cartas «com algumas palavras em latim e que segundo nos parece é a iniciação do processo judicial», lembrando que a DGCEC salientou em tempo oportuno a necessidade de os proprietários e moradores de Santiago fazerem uma comissão e uma vez esta eleita tratam de enviar cartas individualmente. «Nada fizeram para tentar o dialogo, a negociação amigável. Não há o mínimo interesse para uma negociação amigável», afirmam os elementos da comissão de Santiago que consideram o modo de actuar da Direcção Geral das Construções Escolares do Centro ainda pior do que na década de 70 por parte do Fundo de Fomento de Habitação (quando

estavam metidos no processo o eng. Manuel Pato e o arq. Ventura da Cruz, entre outros, e que viriam a ser substituídos por outros). «Não queremos entravar o processo de expansão da Universidade - queremos apenas que nos seja feita justiça», afirma a comissão de moradores e proprietários de Santiago quase com os mesmos elementos que em 1977 tiveram que enfrentar as metralhadoras da Polícia, quando era governador civil Costa e Melo e as máquinas não entraram em Santiago por força da vontade popular...

Dia

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Equipamento - Instalações
Univ. Aveiro

